

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº 25/2013** referente à Aquisição de material elétrico e hidráulico para entrega na Sede da CVM no RJ.

EMPRESA _____

CNPJ _____

NOME DO RESPONSÁVEL _____

ENDEREÇO _____

TELEFONE _____

FAX _____

E-MAIL _____

NOME _____

ASSINATURA _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-7344
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2013

OBJETO: Aquisição de material elétrico e hidráulico.

ÁREA RESPONSÁVEL: Superintendência Administrativa - Financeira (SAD)
Gerência de Licitações e Contratos (GAL)
Gerência de Serviços Gerais (GAS)

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM.

HORÁRIO: (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: **até às 11:00 horas do dia 03/09/2013.**
- Abertura da sessão: **a partir das 11:00 horas do dia 03/09/2013.**

LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

REGULAMENTAÇÃO BÁSICA: Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Instrução Normativa nº 02 da SLTI. De 11/10/2010; Instrução Normativa nº 02 do MPOG, de 30/04/2008 (versão compilada); Decreto nº 5.450 de 31/05/2005; Decreto nº 3.555, de 08/08/2000; Decreto nº 3.722, de 09/01/2001; Decreto nº 6.204, de 05/09/2007; Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente).

EDITAL

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA/CVM/PTE/Nº 090, de 09/08/2012**, realizarão, no dia, horário e local, acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 25/2013**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dispostos a seguir:

- **Anexo I** – Modelo para Apresentação da Proposta e Planilha de Preços;
- **Anexo II** - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 25/2013;

1. DO OBJETO

- 1.1- A presente licitação, destinada **exclusivamente à participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07**, tem por objeto a aquisição de material elétrico e hidráulico para atender às necessidades da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme Termo de Referência (**Anexo II**). O custo do material deve incluir a entrega na Sede da CVM no RJ e todos os impostos incidentes.

2. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1- As despesas correrão à conta do Elemento de Despesa 339030 - Programa de Trabalho 04.122.2110.2000.0001.

3. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 3.1- A entrega do material deverá ser efetuada pela Adjudicatária no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho correspondente, das 10h30min às 11h30min e das 15h30min às 16h30min, no seguinte endereço:

RJ Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar (almoxarifado)
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.050-901

- 3.2- As dúvidas relativas ao local, horário e forma de entrega deverão ser dirimidas diretamente com o Almoxarifado da Gerência de Serviços Gerais (GAS), pelos telefones (21) 3554-8380 e 3554-8353 – Paulo Vinícius ou Júlio Cesar.

4. DA VERIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

- 4.1- O Pregoeiro poderá solicitar à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preços, amostras dos materiais ofertados, que deverão ser encaminhadas à Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS), **no horário das 9h00min às 17h00min**, no prazo de **3 (três) dias úteis**, a partir da solicitação;
- 4.2- A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, contendo os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, modelo e marca;
- 4.3- Apresentar, na embalagem, informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica dos materiais;
- 4.4- Os materiais apresentados como amostra poderão ser abertos e utilizados, se for o caso;

- 4.5- Será rejeitada a amostra que:
- 4.5.1- apresentar divergência a menor, em relação às especificações técnicas da proposta;
 - 4.5.2- for de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração da licitante de que entregará os materiais de acordo com a amostra apresentada.
- 4.6- Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado;
- 4.7- Não será aceita proposta da licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido;
- 4.8- Após a homologação do certame, a licitante terá 60 (sessenta) dias para retirar a amostra, se for possível, no mesmo endereço em que foi entregue;
- 4.9- Após o prazo do dispositivo anterior, não havendo retirada de amostras, essas serão descartadas;
- 4.10- Os materiais serão recebidos:
- 4.10.1-Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta;
 - 4.10.2-Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta, e sua consequente aceitação, que se dará **até 10 (dez) dias** do recebimento provisório.
- 4.11- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 4.12- Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, evitando amassados, penetração de raios solares, umidade e outros agentes degradantes;
- 4.13- Em relação aos produtos fornecidos, a ADJUDICATÁRIA se obrigará a:
- 4.13.1- Substituir, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a partir do recebimento de comunicado formal, todo e qualquer material que for entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de sua validade;
 - 4.13.2- Fornecer produtos que atendam plenamente às especificações do Edital, com períodos de garantia iguais ou superiores àqueles estipulados pela legislação vigente.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 - Poderão participar do certame empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico. A presente licitação terá a **participação exclusiva de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07;**
- 5.2 - Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.3 - Ainda como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.3.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.3.2 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores;
- 5.3.3 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.4 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.4 - Estará impedida de participar da presente licitação:
- Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
 - Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
 - Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
 - Empresa constituída em forma de consórcio;
 - Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
 - Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar no âmbito da CVM;
 - Cooperativa.

- 5.5 - O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição, bem como alvo da liquidação da despesa;
- 5.6 - A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, mais a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 5.7 - Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 6.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>;
- 6.2 - O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.4 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1 - A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado e o preço, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 7.2 - O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05);

- 7.3 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 7.4 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05);
- 7.5 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450);
- 7.6 - As licitantes vencedoras deverão apresentar, no prazo determinado pelo pregoeiro, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, suas respectivas propostas de preços por escrito, na forma do **ANEXO I**, que deverão:
- I- Ser impressas em papel timbrado ou com aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa, não conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, ter suas páginas numeradas e serem emitidas em linguagem clara e objetiva, que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado;
 - II- Conter a data de emissão, bem como ser assinada na última folha e rubricada nas demais;
 - III- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias consecutivos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (art. 11, inciso XXIV, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
 - IV- Conter o **último preço ofertado** relativo ao item, incluindo todas as despesas legais ou adicionais previstas neste Edital, em reais (em algarismo e por extenso). Deverá, ainda, informar a marca do produto e o prazo de entrega (**máximo de 10 dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho);
 - V- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.
- 7.7 - A proposta escrita poderá ser enviada para o endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br, preferencialmente, ou **Fax nº (21) 3554-8475** (e posteriormente ser entregue na Gerência de Licitações e Contratos (GAL) na Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP: 20159-900 – Centro - Rio de Janeiro);
- 7.8 - Não serão consideradas propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitar às especificações deste Edital;

- 7.9 - O valor estimado para a aquisição consta do Termo de Referência, **Anexo II** do presente Edital;

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 - A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.3 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR TOTAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 8.4 - No que se refere aos lances, as licitantes serão imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro (art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.5 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.6 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado pelo sistema (art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05). A seleção é feita automaticamente pelo sistema eletrônico;
- 8.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05). A seleção é feita automaticamente pelo sistema eletrônico;
- 8.8 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.9 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados (art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05);
- 8.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05);
- 8.12 - O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente

determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05);

- 8.13 - Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 - Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05);
- 9.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº10.520, de 17/07/2002);
- 9.3 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 9.4 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05);
- 9.5 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 - Sendo aceitável a proposta de menor preço total por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação, preferencialmente, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br ou do **Fax (21) 3554-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas por servidor da Administração ou Cartório competente no prazo de 48(quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05);

- 10.2 - O fato de não haver entrega do produto no prazo previsto ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;
- 10.3 - As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
- 10.3.1- Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o pregoeiro poderá solicitar o envio, preferencialmente, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br ou do Fax (21) 3554-8475, de documentos que comprovem a regularidade fiscal, observado o estabelecido no §1º do artigo 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007;
- 10.3.2- Possuir Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, verificada pelo pregoeiro através da internet, no endereço www.tst.jus.br/certidao, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho da parte do licitante vencedor. No caso de impossibilidade de consulta, o pregoeiro poderá solicitar o envio, preferencialmente, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br ou do Fax (21) 3554-8475, de documentos que comprovem a regularidade;
- 10.3.3 - Apresentação de planilha de preços da proposta vencedora, em papel timbrado da licitante, **conforme Modelo de Apresentação de Proposta e Planilha de Preços (Anexo I deste Edital)**. Tal documentação poderá ser enviada, preferencialmente, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br ou do Fax (21) 3554-8475 com posterior envio do original ou cópia autenticada por servidor da Administração ou Cartório competente no prazo de 48(quarenta e oito) horas;
- 10.3.4- Apresentação de original ou cópia autenticada de no mínimo 1 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu, sem qualquer restrição, materiais de natureza semelhante aos ora licitados (pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). Preferencialmente, o atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. Tal atestado poderá ser enviado, preferencialmente, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br ou do Fax (21) 3554-8475 com posterior envio do original ou cópia autenticada por servidor da

Administração ou Cartório competente no prazo de 48(quarenta e oito) horas;

- 10.3.5 - Apresentar declaração em papel timbrado da licitante, informando que o produto ofertado está de acordo com o Instrumento Convocatório, especialmente no que diz respeito às especificações do produto a ser fornecido.
- 10.4 - Nos casos das microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar 123/2006);
- 10.4.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 10.4.2- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 10.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 10.5 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;
- 10.6 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05);
- 10.7 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05);
- 10.8 - Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados neste capítulo, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas;

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1 - **Até três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (art. 19 do Decreto nº 5.450/05). A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão;
- 11.2 - **Até dois dias úteis** anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). Os pedidos de impugnação deverão ser encaminhados, via internet, para o endereço pregoeiro@cvm.gov.br. A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão;
- 11.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05);
- 11.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

12. DO RECURSO

- 12.1 - A manifestação de interpor recurso será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema;
- 12.2 - As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas à Superintendente Administrativo-Financeira da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 11, XVII do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05);
- 12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05);
- 12.4 - As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões recursais na mesma forma do subitem 11.2 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05);
- 12.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05);
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 11, XX do Decreto nº 3.555/00 e Art. 27 do Decreto nº 5.450/05);
- 12.7 - É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contrarrazões recursais;

- 12.8 - Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contrarrazões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1 - O pagamento será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos produtos, sendo efetuado com a contra-apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da ADJUDICATÁRIA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a adjudicatária ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital;
- 13.2 - A Nota Fiscal / Fatura, em meio físico, deverá ser encaminhada ao fiscal definido no subitem 17.1, designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93;
- 13.3 - Caberá ao fiscal, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, nela atestar o recebimento do material e seu atendimento às especificações constantes do Instrumento Convocatório, verificando o cumprimento pela ADJUDICATÁRIA de todas as condições pactuadas, **inclusive quanto ao preço cobrado**. Ato contínuo, liberará a referida Nota Fiscal para a Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF), a fim de ser providenciada a liquidação e o pagamento;
- 13.4 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo fiscal à ADJUDICATÁRIA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CVM;
- 13.5 - Nenhum pagamento será efetuado à ADJUDICATÁRIA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores);
- 13.6 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Art. 3º, § 1º, da IN nº 02/10, de 11/10/2010, da SLTI-MPOG, bem como à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho verificada por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (art. 29, V, da Lei nº 8.666/93 c/c art.642-A, do Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1942 - CLT);
- 13.7 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a ADJUDICATÁRIA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, serão calculados por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM = I \times N \times VP}$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

14. DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

14.1 - Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, passando a ter força de contrato:

- a) a proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
- b) o presente Edital e seus anexos;
- c) a Nota de Empenho correspondente.

14.2 - A ADJUDICATÁRIA deverá retirar a Nota de Empenho correspondente em até 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02);

14.3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15.1 - A ADJUDICATÁRIA se obriga a:

- a) Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e no local indicados pela CVM, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo da garantia, conforme o caso;

- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- c) O dever previsto no subitem “b” implica na obrigação de, a critério da **CVM**, substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da **CVM**, inerentes ao objeto da presente aquisição;
- e) Comunicar à **CVM**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, a **ADJUDICATÁRIA** ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);
- g) Efetuar a entrega dos materiais dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, arcando com todos os custos necessários para tal;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Objeto;
- j) A critério da fiscalização podem ser exigidos, a expensas do fornecedor, atestados ou laudos de conformidade dos produtos com as normas técnicas citadas nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência, expedidos por laboratórios credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ou instituições de reconhecida notoriedade técnica;
- k) Efetuar a troca imediata dos produtos que não obedecerem às características estabelecidas no Instrumento Convocatório;

- l) Atender, no que for cabível, ao estabelecido nos artigos 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01 do MPOG, de 19/01/2010.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 16.1 - A CVM se obriga a receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 16.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 16.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **ADJUDICATÁRIA**;
- 16.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, conforme as condições de compra estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência (**Anexo II**);
- 16.3 - Notificar o fornecedor em caso de ocorrência de imperfeição no curso do fornecimento do material, fixando prazo para sua correção;
- 16.4 - Providenciar o pagamento ao fornecedor do valor resultante da aquisição dos materiais, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência (**Anexo II**).

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações será exercida por servidor devidamente designado pela Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio da CVM (GAS), denominado doravante FISCAL, devidamente credenciado pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD). Ao FISCAL competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/fornecimento, verificar a qualidade e quantidade, validade e especificação do material entregue, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados e de tudo dará ciência diretamente à ADJUDICATÁRIA, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93;
- 17.2 - As faltas cometidas pela ADJUDICATÁRIA deverão ser devidamente registradas no Processo pelo FISCAL, que providenciará o envio de notificação à ADJUDICATÁRIA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O FISCAL deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação das sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

- 17.3 - Caberá à ADJUDICATÁRIA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo FISCAL ou por seu substituto;
- 17.4 - A ADJUDICATÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02);
- 17.5 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento prestado em desacordo com a Proposta apresentada e aprovada pela CVM.

18. DAS PENALIDADES

- 18.1 - Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02);
- 18.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ADJUDICATÁRIA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) advertência;
 - b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Proposta;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CVM pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 18.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.3 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital acarretará à ADJUDICATÁRIA, independentemente das sanções previstas no subitem 18.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor da Proposta (art. 86 da Lei nº 8.666/93);
- 18.3.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86,§1º da Lei nº 8.666/93).
- 18.4- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80;

- 18.5 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o prévio direito da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 14 do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/02);
- 18.6 - As penalidades previstas na Legislação serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais (art. 28, caput, e parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

19. DA RESCISÃO

- 19.1 - A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
- 19.2- A rescisão do contrato poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
 - II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
 - III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 19.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

20. DO DIREITO DE PETIÇÃO

- 20.1 - Dos atos da Administração cabem:
- I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:
 - a) anulação ou revogação da licitação;
 - b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
 - c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

- 20.2 - A intimação dos atos referidos no subitem 20.1, inciso I, alíneas “a” e “b” acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02);
- 20.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02);
- 20.4 - Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **no Protocolo na Gerência de Documentações da CVM (GAD), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 2º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02);
- 20.4.1 - Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.5- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 - A relação entre a ADJUDICATÁRIA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 21.2 - A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02);
- 21.3 - A Superintendente Administrativo-Financeira da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta,

mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 18 do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 14 do Decreto nº 3.697/00, Art. 29 do Decreto nº 5.450/05);

- 21.4 - Caso constatada ilegalidade no procedimento, a Superintendente Administrativo-Financeira da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (art. 18 do Decreto nº 3.555/00, Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 21.5 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 21.6 - O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou à ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02);
- 21.7 - Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:
 - (a) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
 - (b) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 21.8.
- 21.8 - É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 21.9 - Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração;
- 21.10 A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis;

- 21.11 Os esclarecimentos referentes ao presente Edital serão fornecidos pela Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);
- 21.12 Os esclarecimentos prestados a qualquer um dos proponentes ficarão à disposição dos demais interessados até as 16h do dia anterior ao previsto para a realização da sessão;
- 21.13 As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05);
- 21.14 Qualquer modificação no Edital será divulgada no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05);
- 21.15 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 21.16 Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis;
- 21.17 Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal;
- 21.18 Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02);
- 21.19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2013.

original assinado por
Eduardo Abi-Nader Simão
Gerente de Licitações e Contratos

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-7344

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2013

ANEXO I

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E
PLANILHA DE PREÇOS**

Rio de Janeiro,.....de.....de 2013

À Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2013**, cujo objeto é a aquisição de material elétrico e hidráulico, conforme especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo II**), parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2013**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ



Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2013-7344

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2013

ANEXO I

Modelo de Planilha de Preços

Nº do Item do Pregão	Especificação do Produto a ser fornecido	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2013-7344

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2013

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de material elétrico e hidráulico, por meio de Pregão Eletrônico para atender às necessidades da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quant	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
CVM – SEDE – Rio de Janeiro				
01	Adaptador universal 2P+T, 10A, 250VCA, conforme norma ABNT NBR 14136:2002, certificado pelo INMETRO. (ref.: DANEVA, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	50	6,10	305,00
02	Condutor de fios de cobre nu eletrolítico, seção circular 4mm ² , na cor preta, têmpera mole, Classe 5 de encordoamento conforme norma ABNT NBR NM 280:2011, isolamento em dupla camada à base de composto termoplástico poliolefínico não halogenado, isento de metais pesados, anti-chama conforme ABNT NBR NM IEC 60332-3-24:2005, classe térmica 85°C, tensão de isolamento 750V, conforme normas ABNT NBR 13248:2000, ABNT NBR 13570:1996, ABNT NBR 5111:1997, ABNT NBR NM 280:2011.	1	100,57	100,57

	(ref.: Afumex Green 450/750V da PRYSMIAN, equivalente ou de melhor qualidade). Rolo com 100m.			
03	Conjunto para fixação de mictório compatível com DECA referência FM.713.01. Unidade.	22	50,49	1.110,78
04	Cordão espiralado para monofone, na cor bege, comprimento 2,00m, com terminais RJ9. Unidade.	50	5,56	278,00
05	Disjuntor Termomagnético DIN, Bipolar, 20A, 220/380V, Curva "C", 50/60Hz, conforme norma ABNT NM 60898:2004, certificado pelo INMETRO. (ref.: SIEMENS 5SX1, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	20	62,18	1.243,60
06	Disjuntor Termomagnético DIN, Tripolar, 100A, 220/380V, Curva "C", 50/60Hz, conforme norma ABNT NM 60898:2004, certificado pelo INMETRO. (ref.: SIEMENS 5SX1, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	12	108,93	1.307,16
07	Disjuntor Termomagnético DIN, Monopolar, 20A, 220/380V, Curva "C", 50/60Hz, conforme norma ABNT NM 60898:2004, certificado pelo INMETRO. (ref.: SIEMENS 5SX1, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	18	13,24	238,32
08	Fita isolante, Tipo 5, Classe A, com dorso de filme de PVC recoberto com camada de adesivo à base de borracha sensível à pressão, anti-chama, isenta de materiais pesados conforme norma RoHS, para fios e cabos elétricos em geral até 750 V, acondicionada em rolos de 19mmX20m, na cor preta, conforme normas ABNT NBR NM 60454 -3-1:2007, credenciada pelo INMETRO.	36	30,14	1.085,04

	(ref.: SCOTH MR 33+ , equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.			
09	Conector Femea RJ-45, 8 vias, Cat 6, corpo em termoplástico de alto impacto, atendendo aos requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 568B, aprovado para Gigabit Ethernet. (ref.: SYSTIMAX Cat. 6 Gigaspeed, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	100	7,06	706,00
10	Lâmpada fluorescente tubular T8 (26mm), comprimento 1,20m, Luz Branca Fria, 32W, 127V, fluxo luminoso igual ou superior a 2700 lumens, temperatura de cor 5000K, índice de reprodução de cor igual ou superior a 85%, vida nominal igual ou superior a 7500 horas, base G13. (ref.: PHILIPS TLDRS32W-S84- 25, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	1500	16,63	24.945,00
11	Lampada fluorescente compacta de pino, para utilização sem reator, 9W, 127V, temperatura de cor 6400K (branca fria), base G23. (ref.: OSRAM DULUX S 9W, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	420	13,73	5.766,60
12	Mangueira chromalux 1,60m compatível com FABRIMAR. Unidade.	6	108,32	649,92
13	Mictório de louça sanitária, com sifão integrado, na cor BRANCA , em conformidade com a norma ABNT NBR 15097-1:2011 compatível com DECA referência M715. Unidade.	22	244,20	5.372,40
14	Mola aérea para portas leves, com regulagem de forças e velocidade. (ref.: TRIUNFO 454 Coimbra, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	12	34,03	408,36
15	Mola aérea para portas de até 850mm, testada e aprovada segundo	6	181,88	1.091,28

	a norma UL, com controle hidráulico total a partir de 180°. (ref.: DORMA MA200/2, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.			
16	Pistola para ducha higiênica compatível com modelo AJET CR/CR Fabrimar. Unidade.	12	64,02	768,24
17	Reator eletrônico duplo, para 2 lâmpadas tubulares T8 Fluorescentes de 32w, tensão de alimentação de 127 V, com fator de potência maior ou igual a 0,97, fator de fluxo luminoso maior ou igual a 1,0, distorção harmônica menor ou igual a 10%, fator de eficácia do reator maior ou igual a 1,52, fator de crista de corrente menor que 1,7, frequência de rede 60 Hz, frequência de alimentação de 20kHz a 50kHz, com partida ultra rápida ou instantânea, corpo do reator em material metálico com temperatura máxima de carcaça igual a 65°C, vida útil superior ou igual a 30.000 horas, conforme normas NBR14417:2011 e NBR14418:2011. (ref.: PHILIPS ED32A16 equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	200	40,54	8.108,00
18	Acionador da válvula VDE compatível com Fabrimar. Unidade.	10	47,26	472,60
19	Cilindro para torneira compatível com Biopress Fabrimar. Unidades	20	37,16	743,20
20	Conector RJ-9 Macho 4 x 4 vias para Telefone. Unidade.	100	0,33	33,00
21	Conector macho RJ-11, 6P4C, corpo transparente, deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B. (ref: GTS Network, similar ou de melhor qualidade). Unidade.	100	0,41	41,00
22	Conector Macho RJ45 CAT 6, U/UTP, corpo em termoplástico de	100	0,75	75,00

	alto impacto não propagante à chamam, para Sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B. (ref.: FUROKAWA 35050282, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.			
23	Sensor de presença de teto, funcionamento através de sensor infravermelho passivo, microcontrolado, tensão de 100 a 240 VAC, 50/60 Hz, bivolt automático, instalação embutida ou de sobrepor, com regulagem de sensibilidade de detecção e de tempo, corpo circular com ϕ de 74 mm, acabamento em ABS na cor branca. (ref.: SPT0NI da EXATRON, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	20	53,56	1.071,20
24	Soquete base G23 para lampada fluorescente compacta de 9w (2pinos), 2A, 250V, corpo em PBT (polibutileno de tereftalato), proteção UV, conforme norma NBR IEC 60061-1. (ref.: SOTEC FC-9S, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	24	2,99	71,76
25	Suporte para pistola de ducha higiênica compatível com modelo AJET BR Fabrimar. Unidade.	12	11,06	132,72
26	Filtro de linha Bivolt (127V/220V), 10A, 4 entradas, 1,3m, cabo PP 3X0,75mm ² . (ref.: DANEVA 1642, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.	50	33,20	1.660,00
27	Ventilador Exaustor Bivolt (127V/220V), 20W, Adaptável a tubos de Ø100mm, Recomendado para ambientes de até 5 m ² , certificados pelo Inmetro, conforme Portaria 371 - "Requisitos de	9	402,47	3.622,23

	<p>Avaliação da Conformidade para Segurança de Aparelhos Eletrodomésticos e Similares”. Limite máximo de ruído até 40 dB(A) decibéis. (ref.: AIRFAN R10, equivalente ou de melhor qualidade). Unidade.</p>			
			TOTAL	61.406,98

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição se justifica pela necessidade de reposição do almoxarifado da Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio, sem a qual as atividades desenvolvidas pela CVM serão prejudicadas.

2.2. As quantidades a serem adquiridas tiveram como base a média do consumo nos últimos 12 meses e foram projetadas para aproximadamente 18 meses de consumo. Essa média foi apurada mediante relatórios do sistema ASI (Automation System Inventory) e a projeção levou em consideração as manutenções corretivas e preventivas a serem executadas nesse período. Dessa estimativa de consumo foram subtraídos os estoques atuais de cada produto e as quantidades já compradas ou em processo de compra, mas não entregues. Essa equação resultou na quantidade necessária para aquisição.

2.3. O espaço físico para armazenagem das referidas aquisições já encontra-se disponível no Almoxarifado e os produtos de expediente, objeto deste Termo, são, em sua maioria, não perecíveis.

2.4. As especificações dos produtos apresentadas neste Termo correspondem ao padrão de qualidade comumente utilizado por esta Autarquia. Esse padrão, seguindo o princípio da razoabilidade, está de acordo tanto com as atividades desempenhadas pela Entidade quanto com um padrão médio oferecido pelo mercado.

2.5. As especificações pormenorizadas justificam-se pelo excesso de produtos aparentemente similares, mas que apresentam características inferiores às necessidades da CVM. Ou seja, as especificações detalhadas objetivam estabelecer critérios bem definidos, garantindo a concorrência entre os licitantes e conferindo, assim, a isonomia ao processo de compra, ao mesmo tempo em que, ao estabelecer um padrão coerente com a demanda da Autarquia, busca assegurar a eficiência no emprego de recursos públicos.

3. AVALIAÇÃO DO CUSTO

3.1. O custo estimado total da presente contratação foi apurado a partir de mapa de preços (item 11), elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisa de mercado.

4. AMOSTRAS

4.1. O Pregoeiro poderá solicitar à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preços, amostras dos materiais ofertados, que deverão ser encaminhadas à Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio, no horário das 9h00min às 17h00min, no prazo de 3 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação.

4.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, contendo os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, modelo e marca.

4.3. Apresentar, na embalagem, informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica dos materiais.

4.4. Os materiais apresentados como amostra poderão ser abertos e utilizados, se for o caso.

4.5. Será rejeitada a amostra que:

4.5.1. apresentar divergência a menor, em relação às especificações técnicas da proposta;

4.5.2. for de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração da licitante de que entregará os materiais de acordo com a amostra apresentada.

4.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

4.7. Não será aceita proposta da licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.

4.8. Após a homologação do certame, a licitante terá 60 (sessenta) dias para retirar a amostra, se for possível, no mesmo endereço em que foi entregue.

4.9. Após o prazo do dispositivo anterior, não havendo retirada de amostras, essas serão descartadas.

5. PRAZO, LOCAL E HORÁRIO DE RECEBIMENTO

5.1. O prazo máximo para entrega do material é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

5.2. Os produtos deverão ser entregues na:

- a) sede da Entidade, situada na rua Sete de Setembro, 111 – 25º andar (almoxarifado), Centro, Rio de Janeiro – RJ; **das 10h30min às 11h30min e das 15h30min às 16h30min;**

5.3. O horário de recebimento dos produtos é das 9h00min às 17h00min.

5.4. As dúvidas relativas ao local, horário e forma de entrega deverão ser dirimidas diretamente com o Almoxarifado da Gerência de Serviços Gerais, pelos telefones (21) 3554-8380 e 3554-8353 – Paulo Vinícius ou Júlio Cesar..

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os materiais serão recebidos:

6.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta.

6.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na Proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, evitando amassados, penetração de raios solares, umidade e outros agentes degradantes.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos

recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA é obrigada a:

8.1.1. efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e no local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal eletrônica, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, conforme o caso;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.1.2.1. o dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos.

8.1.3. atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;

8.1.4. comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.7. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

8.1.8. A critério da fiscalização podem ser exigidos, a expensas do fornecedor, atestados ou laudos de conformidade dos produtos com as normas técnicas citadas

nas especificações técnicas (item 1.1), expedidos por laboratórios credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ou instituições de reconhecida notoriedade técnica

9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento das Notas Fiscais/Faturas será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a sua atestação, a ser efetuada pelo Fiscal do Contrato em até 03 (três) dias úteis, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas no CONTRATO.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos na Lei nº 10.520 de 2002, e do Decreto nº 5.450 de 2005, a licitante/adjudicatária que, no decorrer da licitação, de forma exemplificativa:

- 10.1.1.** apresentar documentação falsa;
- 10.1.2.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 10.1.3.** não mantiver sua proposta dentro do prazo de validade;
- 10.1.4.** falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- 10.1.5.** comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.6.** cometer fraude fiscal;
- 10.1.7.** fizer declaração falsa;
- 10.1.8.** ensejar o retardamento da execução do certame.

10.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1.** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 10.2.2.** impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784 de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou os prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

11.1. O valor estimado para a contratação é de:

ITEM	Quant	JP de Niterói	Distripol Distrib.	Top Clean	Média	Total
1	50	R\$ 6,98	R\$ 5,84	R\$ 5,47	R\$ 6,10	R\$ 305,00
2	1	R\$ 107,69	R\$ 97,48	R\$ 2,87	R\$ 100,57	R\$ 100,57
3	22	R\$ 48,50	R\$ 53,21	R\$ 3,95	R\$ 50,49	R\$ 1.110,78
4	50	R\$ 5,32	R\$ 4,98	R\$ 2,74	R\$ 5,56	R\$ 278,00
5	20	R\$ 59,64	R\$ 64,32	R\$ 6,47	R\$ 62,18	R\$ 1.243,60
6	12	R\$ 109,98	R\$ 112,28	R\$ 7,34	R\$ 108,93	R\$ 1.307,16
7	18	R\$ 12,48	R\$ 15,37	R\$ 8,87	R\$ 13,24	R\$ 238,32
8	36	R\$ 29,47	R\$ 32,61	R\$ 9,24	R\$ 30,14	R\$ 1.085,04
9	100	R\$ 6,94	R\$ 7,48	R\$ 2,77	R\$ 7,06	R\$ 706,00
10	1500	R\$ 16,97	R\$ 15,48	R\$ 0,87	R\$ 16,63	R\$ 24.945,00
11	420	R\$ 14,76	R\$ 13,97	R\$ 0,87	R\$ 13,73	R\$ 5.766,60
12	6	R\$ 104,36	R\$ 99,49	R\$ 3,13	R\$ 108,32	R\$ 649,92
13	22	R\$ 248,00	R\$ 237,45	R\$ 32,22	R\$ 244,20	R\$ 5.372,40
14	12	R\$ 32,46	R\$ 34,68	R\$ 2,44	R\$ 34,03	R\$ 408,36
15	6	R\$ 174,96	R\$ 196,32	R\$ 2,94	R\$ 181,88	R\$ 1.091,28
16	12	R\$ 67,12	R\$ 64,95	R\$ 6,84	R\$ 64,02	R\$ 768,24
17	200	R\$ 36,74	R\$ 43,22	R\$ 2,63	R\$ 40,54	R\$ 8.108,00
18	10	R\$ 48,77	R\$ 43,68	R\$ 6,73	R\$ 47,26	R\$ 472,60
19	20	R\$ 34,78	R\$ 37,44	R\$ 3,92	R\$ 37,16	R\$ 743,20
20	100	R\$ 0,26	R\$ 0,39	R\$ 2,14	R\$ 0,33	R\$ 33,00
21	100	R\$ 0,41	R\$ 0,45	R\$ 4,76	R\$ 0,41	R\$ 41,00
22	100	R\$ 0,74	R\$ 0,84	R\$ 3,97	R\$ 0,75	R\$ 75,00
23	20	R\$ 54,77	R\$ 56,42	R\$ 2,47	R\$ 53,56	R\$ 1.071,20
24	24	R\$ 2,98	R\$ 3,12	R\$ 0,56	R\$ 2,99	R\$ 71,76
25	12	R\$ 12,44	R\$ 10,76	R\$ 2,39	R\$ 11,06	R\$ 132,72
26	50	R\$ 34,77	R\$ 32,98	R\$ 31,86	R\$ 33,20	R\$ 1.660,00
27	9	R\$ 394,55	R\$ 397,66	R\$ 31,86	R\$ 402,47	R\$ 3.622,23
					TOTAL	R\$ 61.406,98

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1. Será realizada licitação do tipo MENOR PREÇO por item, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2013.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Superintendente Administrativo-Financeiro (ordenador de despesas)

Obs.: Assinado em seu original.